

México começa negociações nos EUA para obter US\$ 7 bilhões

por Lucy Conger
do Financial Times

O ministro mexicano das Finanças, Pedro Aspe, iniciou ontem uma nova rodada de negociações com autoridades americanas, visando conseguir aprovação para seu pedido de assistência financeira no valor de US\$ 7 bilhões para este ano.

As conversações mexicanas ocorrem após o anúncio, na última sexta-feira, por parte do secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, de novas propostas para a redução da dívida externa do Terceiro Mundo. O México e a Venezuela deverão ser os primeiros beneficiários das propostas de Brady, que pela primeira vez concentram-se na redução da dívida externa.

A mensagem de Aspe pode ser entendida como um telegrama sobre a necessidade de uma rápida mobilização dos esforços da administração Bush na abordagem da redução da dívida externa latino-americana.

Os mexicanos estão preocupados: se um novo pacote sobre o assunto não começar a tomar forma no mês que vem, o país corre o risco de ter de entrar em suas reservas, e isto, por sua vez, viria dificultar qualquer negociação. Aspe manteve anteriormente outra rodada de debates em Washington, entre os dias 6 e 9 de fevereiro, e saiu desapontado pela ausência de qualquer progresso nessas conversações.

As reservas cambiais do México caíram a níveis muito baixos, que variam, segundo as estimativas, de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões. E US\$ 5 bilhões bastariam para manter por três meses ou menos os atuais níveis de importação do país, que são altos. No ano passado, o déficit da conta corrente do país foi de US\$ 3 bilhões, e a pro-

jeção, para este ano, situa-se entre US\$ 5 bilhões e US\$ 8 bilhões.

MULFORD

Ontem, em Washington, o subsecretário designado do Tesouro, Donald Mulford, declarou esperar que as propostas de Brady sejam implementadas em meses. Na oportunidade, descartou ainda a versão recente sobre diferenças de abordagem na questão da dívida externa, no âmbito do governo Bush. (Ver matéria ao lado)

Mulford confirmou também que os casos do México e da Venezuela provavelmente serão tratados como prioridade. Os distúrbios na Venezuela, há duas semanas, provocados por aumentos de preços vigentes sob um programa de ajuste do FMI, conferiram novo teor de urgência às medidas que visam pôr fim à crise latino-americana da dívida externa. Os negociadores venezuelanos também deverão iniciar em Nova York conversações com os bancos comerciais. (Ver matéria no quadro)

RISCO DE MORATÓRIA

O ministro das Finanças do México saudou, no fim de semana, o Plano Brady, qualificando-o de "positivo" por sua "mudança de ênfase, que dá prioridade à redução da dívida e do serviço da dívida". O México vinha pedindo isso desde dezembro. Fora do governo mexicano, analistas concordam que o resultado imediato do engenho Plano Brady seria evitar o perigo de uma suspensão do pagamento da dívida externa do México, que monta a US\$ 101 bilhões. Embora não se saiba ao certo de que forma o Plano Brady poderia beneficiar o México, Rogelio Ramírez, destacado analista econômico do país declarou: "O governo mexicano vai seguir o plano à risca, para manter a confiança".

A imprensa mexicana começou a aventurar a possibi-

Pérez: plano é inadequado

O novo plano dos Estados Unidos para a crise da dívida, anunciado na sexta-feira pelo secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, não é solução adequada para os graves problemas com que se defrontam a Venezuela e outros países da América Latina, afirmou o presidente venezuelano, Carlos Andrés Pérez, no último fim de semana.

Segundo Pérez, "a atual situação de nosso país não pode ser adequada à proposta do novo plano americano". "Os países da América Latina não têm condições para esperar meses e anos por uma solução

final para os problemas de débitos", afirmou Pérez.

Na última sexta-feira, o governo norte-americano aprovou um empréstimo-ponte para a Venezuela de US\$ 450 milhões. Há duas semanas a Venezuela passou por protestos de rua violentos, que resultaram na morte de mais de 250 pessoas, por causa dos ajustes que o governo está promovendo para obter novos créditos externos. Ontem, como parte desses ajustes, o governo anunciou desvalorização de 60% na moeda local, o bolívar.

(Ver página 17)

lidade de uma declaração de moratória contra os bancos comerciais que resistirem ao Plano Brady, mas o presidente Carlos Salinas de Gortari vem afirmando insistentemente que a moratória só viria como "consequência" do fracasso das negociações sobre a dívida.

Salinas argumenta que o crescimento futuro da recessiva economia do país é postulado como primeiro

passo para a solução do problema da dívida externa. Dirigentes empresariais concordaram em absorver os aumentos de custos e manter os preços no varejo, com base nas promessas governamentais de que, até julho de 1989, entrariam em vigor as medidas de alívio da dívida externa e créditos novos, e que, no ano que vem, começaria a recuperação da economia.